

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMARIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Levanta questões importantes relacionadas a municípios catarinenses.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Reporta-se ao problema dos hospitais.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Manifesta-se a respeito do problema do destino a ser dado ao lixo no mundo.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Destaca a importância de os funcionários da Saúde receberem um bom salário; reporta-se à liberação pelo governo do estado de recursos no valor de R\$ 40 milhões.

### Partidos Políticos

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Registra a necessidade de uma política salarial satisfatória.

**DEPUTADO DADO CHEREM** - Manifesta preocupação com a Saúde municipal e estadual; reporta-se à dificuldade de gerir a Segurança Pública.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** - Reporta-se à situação dos indígenas e à necessidade de solução.

**DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK** - Aborda problemas na Saúde, Educação, Segurança Pública.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Defende o governo federal.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Manifesta-se com relação à demarcação de terras indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero saudar os visitantes desta tarde, em especial a comunidade de Palhoça, que vem mais uma vez a esta Casa fazer sua justa reivindicação, como também o prefeito e o vice-prefeito do município de Dona Emma, do alto vale norte, que estão prestigiando esta sessão, em especial os nossos amigos de Joinville Adalberto e o reverendo Anderson Marques, que é um conferencista internacional que também está conosco nesta tarde.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do vereador Volmar, presidente da Câmara de Vereadores de Palmitos, que está tratando de interesses do município.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero aproveitar para registrar a presença do prefeito Luciano Paganini do nosso querido e belo município de Iomerê, no meio-oeste de Santa Catarina, acompanhado também dos vereadores Denis Périco, do PT, e de Aleomar Penso, do PMDB, a quem desejamos boa estada neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Em nome desta Casa também saudamos todos os mencionados pelos deputados. Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

Quero também cumprimentar o prefeito de Campos Novos, o Nelson, e o prefeito e o vice-prefeito de Pinheiro Preto, que se encontram nesta Casa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estimadas lideranças aqui presentes, prefeitos, vereadores, moradores da região de Palhoça, que estão trazendo as suas indicações, as suas mobilizações, é sempre muito importante a participação da sociedade catarinense, e quando temos alguma questão que precisa ter visibilidade, esta Casa é um excelente lugar para se dar a repercussão desejada.

Sejam todos bem-vindos!

Gostaria de fazer, sr. presidente, durante o horário das Breves Comunicações, uma abordagem de alguns assuntos referentes a alguns municípios, especialmente da região do meio-oeste de Santa Catarina.

Início por uma questão importante para o município de Joaçaba, pelo Aeroporto Regional Santa Terezinha, onde está sendo instalada uma unidade dos bombeiros militares. Consta, inclusive, pela placa daquela unidade, que essa obra deveria estar pronta, concluída em setembro de 2012, mas passado mais de meio ano a situação está igual, ou seja, sem o devido funcionamento da unidade avançada do Corpo de Bombeiros Militar no aeroporto de Joaçaba.

Durante esta semana a imprensa local repercutiu esse assunto e, por isso, trago aqui um extrato da matéria produzida pela *Rádio Catarinense*, que traz o anseio da comunidade regional pelo início do funcionamento do posto avançado.

Fala-se que há defasagem de bombeiros, então, nada mais oportuno do que observarmos duas questões importantes. Em primeiro lugar, se há defasagem, que sejam contratados mais bombeiros. Em segundo lugar, temos uma parceria extraordinária, deputado Ismael dos Santos, em Santa Catarina, com os bombeiros voluntários e comunitários.

No ano passado, aprovamos, deputado Romildo Titon, a possibilidade de os bombeiros voluntários continuarem fazendo o seu trabalho. E um dos argumentos era exatamente este: o bombeiro militar, em que pese fazer um grande trabalho, não estava conseguindo beneficiar todas as cidades de Santa Catarina.

Então, aqui está mais uma prova de que se não fosse o trabalho dos bombeiros voluntários e comunitários, muito mais cidades ainda estariam a descoberto.

Portanto, trazemos aqui essa questão de Joaçaba, do posto avançado, porque lá, especificamente, trata-se dos bombeiros militares. E fizemos um apelo - e estamos, inclusive,

transformando isso numa indicação - ao comando-geral dos bombeiros militares de Santa Catarina, à secretaria de Segurança e ao governo do estado para que providenciem a contratação dos bombeiros e a ativação desse posto avançado.

Houve lá, nessa semana, um incêndio nas proximidades da região em que um imóvel foi consumido em aproximadamente 20 minutos. Se houvesse aquela unidade avançada poderia ter atendido, quem sabe, aquela ocorrência e evitado um prejuízo maior.

Além disso, como eu disse, ele está localizado próximo ao Aeroporto Regional Santa Terezinha, de Joaçaba, o que também aumenta a sua importância.

O segundo registro que gostaria de fazer, sr. presidente, é sobre dois municípios também da região do meio-oeste, mais para o oeste de Santa Catarina.

O primeiro deles é Seara. Hoje é o dia do aniversário da emancipação político-administrativa do município de Seara, que completa 59 anos de emancipação.

Seara, para quem não conhece, tem aproximadamente 18 mil habitantes e faz parte da microrregião do alto Uruguai catarinense. Tem suporte financeiro baseado nas atividades de sua maior indústria, a Cargill/Seara Alimentos S/A, além da pequena agroindústria familiar, da agricultura familiar e de outros empreendimentos.

É importante ressaltar que em Seara está situado o Museu Entomológico Fritz Plaumann, que é o maior conjunto entomológico das Américas e recebe inúmeros visitantes e estudiosos do Brasil e do exterior, estabelecendo para Seara um turismo científico e cultural admirável.

Então, ao tempo que faço o registro do aniversário e parabeno a comunidade de Seara e região, todos aqueles que fizeram de Seara esse município progressista, a sua administração e o seu povo, faço o registro desse importante museu que é o maior museu, como eu disse, entomológico das Américas e que recebe visitantes de todas as partes do Brasil e de fora do país.

A programação é extensa e inclui a Festa Catarinense da Suinocultura e também um Kerbfest, que é tradicional na região e já será o 21°.

O segundo registro a respeito de aniversário de município é que também nesta semana, mais especialmente no domingo, será o aniversário de um município também hospitaleiro e com crescente desenvolvimento, que é Ouro, agora, inclusive, festejando também o início das obras de pavimentação, deputado Romildo Titon - e v.exa. foi um grande lutador por essa obra -, da ligação de Jaborá a Ouro, uma antiga reivindicação de mais 30 anos da comunidade regional.

Senhores, se pegarem alguns mapas, inclusive o Google, se não me falhe a memória, e outros, aparece a estrada como pavimentada, mas não é uma estrada pavimentada. Agora, efetivamente, é uma obra que está em andamento, e esse município completa 50 anos de emancipação e é governado pelo nosso amigo e companheiro Vitor Faccin, que assumiu a administração em 01 de janeiro e tem conduzido o município com competência e seriedade. Esse município é separado da cidade de Capinzal pelo rio do Peixe e tem 7.500 habitantes.

Teremos também uma longa programação de aniversário, e queríamos fazer de forma muito especial esse registro a esses dois queridos municípios.

Para finalizar, sr. presidente, aproveitando os dois minutos restantes, quero fazer um registro. Vamos aprovar aqui, e deve ser aprovado, porque já foi aprovado por unanimidade nas comissões, o projeto que estabelece a gratificação aos servidores da área da Saúde. E obviamente, sendo aprovado de forma rápida, possibilitará que esse pagamento seja feito o quanto antes possível.

Gostaria também de fazer uma observação que fizemos hoje pela manhã na comissão, de que precisamos pensar em aumentar os recursos destinados à Saúde no Brasil. Quem efetivamente está colocando mais dinheiro do que o mínimo constitucional são apenas os municípios. É raro o município que aplica apenas 15% estabelecidos na Constituição. Há casos de municípios que estão

aplicando 20%, 22%, 25%, até 30%. Mas o mesmo não ocorre com o estado.

O estado tem aplicado rasos 12%, que é o mínimo constitucional para o estado, e temos defendido com frequência que haja o aumento do valor destinado, deputado Serafim Venzon, para o estado também. Fala-se muito que a União tem que gastar mais, que tem que ter um percentual do PIB à saúde, mas o estado não pode se limitar apenas aos 12%. Principalmente o estado que tem colocado a Saúde como uma grande prioridade. Foi dito isso quando da campanha eleitoral, da última eleição, pelo governador, e acreditamos que a Saúde deva de fato ser prioridade.

Portanto, a aprovação dessa gratificação de hoje é importante, necessária e será feita. Mas não podem cobrir uma série de problemas que vieram à tona, principalmente, no final do ano passado, quando por quase 60 dias os trabalhadores da área da Saúde pública em Santa Catarina fizeram a paralisação e demonstraram claramente as deficiências que a Saúde tem no estado.

Então, vão aprovar esse projeto, mas na expectativa de que de fato a Saúde passe a ser prioridade em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do vereador do Partido dos Trabalhadores, do município de Papanduva, que se faz presente neste plenário, sr. Adeniz Humenhuka.

Esse é o primeiro mandato dele. Ele veio aqui conhecer o Parlamento e colocar para nós as dificuldades do município. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Seja bem-vindo também o vereador.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero inicialmente cumprimentar, hoje, todos os colaboradores do governo, os funcionários públicos, de forma especial os funcionários da Saúde, eis que depois de um longo processo de reivindicação o pleito deles foi aqui atendido pelo governo. E pelo o que vi na expressão do presidente do Sindicato ele está satisfeito com o pleito.

Hoje pela manhã a comissão de Finanças aprovou o Projeto n. 0074/13, do governo do estado de Santa Catarina, atendendo ao pleito dos servidores públicos da Saúde. E praticamente no mesmo horário o deputado Volnei Morastoni, através da comissão da Saúde, presidia a audiência pública em prol da ação popular da Saúde+10.

A Saúde+10 é um movimento que está acontecendo no Brasil inteiro, em Santa Catarina também, para obter que 10% do orçamento geral da união sejam destinados à Saúde. Os municípios destinam 15%, o estado 12%; quanto à união, gostaríamos que, por lei, fosse obrigada a investir 10%. Com isso aumentariam os recursos hoje já destinados à Saúde em mais de R\$40 bilhões, R\$50 bilhões, que naturalmente aumentariam à medida que aumentasse o orçamento da união.

Ao mesmo tempo, o governador do estado de Santa Catarina, hoje, está em audiência com o ministro da Saúde, em audiência com a presidente Dilma, levando o pedido de Santa Catarina, que é certamente também o pedido de todos os estados. O problema existe em todos os estados. E estamos vendo isso pelos jornais de abrangência nacional, que reportam os problemas com os hospitais em diversos estados. E esses problemas são parecidos com os nossos aqui.

Então, vi três coisas importantes acontecendo praticamente ao mesmo tempo. A comissão de Finanças aprovando o projeto do governador, que

concede um aumento, uma gratificação, por mérito, de 50% sobre o salário base dos funcionários da Saúde; a comissão de Saúde, liderada pelo deputado Volnei Morastoni, pedindo que a união destine 10% do seu orçamento; e o governador de Santa Catarina levando o pleito ao ministro e à presidente da República a respeito da necessidade de maiores investimentos na Saúde.

Este ano mesmo o estado de Santa Catarina fez um levantamento do que se gastou nos hospitais públicos de Santa Catarina, no ano de 2012. E todas as internações que acontecem nesses hospitais, como são hospitais públicos, agora já proibidos de atender qualquer tipo de convênio, desde particular até Unimed, que atendem exclusivamente SUS, estão gerando uma AIH. E o recurso, na verdade, que vem para o estado de Santa Catarina não vem solto, ele vem como AIH, Autorização de Internação Hospitalar.

Essas internações hospitalares, no ano passado, significaram uma receita para o estado de aproximadamente R\$ 147 milhões. E o que o estado gastou, de fato, no ano passado, com os hospitais públicos no seu atendimento foram R\$ 598 milhões. Se multiplicarmos 147 por quatro, vamos chegar mais ou menos a esse número. Ou seja, aquilo que o governo gastou para atender significou 25% daquilo que de fato ele gastou. Aliás, o que ele recebeu da união para cobrir aqueles gastos dos atendimentos significa  $\frac{1}{4}$  do que ele gastou de fato. Gastou 600 milhões, ou quase 600 milhões, e na verdade recebeu apenas 148. Não ganhou 25%. Faltou um pouquinho ainda para dar o 25%.

Então, todo o custo que o governo teve nesses hospitais, o custo real, foi quatro vezes maior do que o que foi pago em forma de AIH.

Aí dá para os nossos telespectadores entenderem por que todos os hospitais de Santa Catarina, com raríssimas exceções, passam a ter um valor pela internação maior do que o normal, maior do que a grande maioria recebe. Hoje uma AIH corresponde aproximadamente a R\$ 600,00. Existem alguns hospitais que atendem à alta complexidade, e em alguns procedimentos então, em vez de

receberem R\$ 600,00 por internação, passam a ganhar, em média, R\$ 1.200,00 por internação.

Então, alguns desses hospitais estão até com as contas em dia, mas duvido que passem de quatro ou cinco no estado de Santa Catarina. A grande maioria ou os 200 hospitais de Santa Catarina, todos eles, têm dificuldades ou não conseguem sobreviver com a receita, com aquilo que recebem, e a prova está aqui no estado de Santa Catarina.

Não vejo nesses hospitais públicos gastos excessivos, esbanjar material e muito menos pagar salários altos aos funcionários, tanto é que houve um movimento no ano passado, e hoje aprovamos na comissão. Daqui a pouco, certamente, vamos aprovar no plenário o projeto de lei do governador autorizando a gratificação de 50% para todos os funcionários da Saúde. Essa é a prova de que os salários deles já eram baixos.

Então, pagava-se pouco, economizava-se material. E inúmeras reportagens dizem da falta de material no centro cirúrgico e em algumas alas do hospital, justamente pela restrição do material. Com tudo isso, e ainda assim, aquilo que os hospitais de Santa Catarina gastaram corresponde quatro vezes ao que o governo federal pagou pela internação.

É lógico que todos os hospitais de Santa Catarina, todos os hospitais do Brasil, estão em dificuldade, a não ser com raríssimas exceções conseguem fazer algum movimento que emocione muita gente. E com isso pagam mais um imposto. E já se paga tantos impostos, ou seja, 40% daquilo que compramos praticamente, mas muitas vezes se paga mais um pouco na hora da emoção. Então, alguns hospitais sobrevivem à custa de alguma doação, de alguma benevolência.

Por isso, não é questão de gestão. Precisamos primar pela boa gestão, sim, mas a escusa que é falta de gestão, que é problema de gestão, não é. Duvido que algum desses 200 hospitais de Santa Catarina, também os mais de quatro mil, cinco mil hospitais do Brasil, tivesse descoberto uma maneira de conseguir administrar um hospital com

aqueles poucos recursos, porque é impossível mesmo.

Por isso, parablenzo o deputado Volnei Morastoni, todos os deputados que estão envolvidos nessa questão, nesse movimento de aumentar a destinação de 10% do orçamento da união para a Saúde, para melhorar todos os procedimentos da Saúde para a população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha neste plenário e aqueles que nos acompanham pela TVAL e Rádio Digital, ontem falei nesta tribuna um pouco em relação à viagem que participei, na semana passada, representando a Assembleia Legislativa, deputado Ismael dos Santos, na missão que foi feita com várias entidades técnicas no estado de Califórnia, na cidade de São Francisco, sobre um problema muito sério no Brasil e no mundo no que se refere ao lixo, o que fazer com o lixo, como tratar, como fazer a destinação, a reciclagem, a compostagem.

Esse é um tema que quero trazer aqui para discussão nesta Casa, bem como para que possamos ter uma consciência diferente em relação a essa questão da produção do lixo. Cada vez mais temos lixo a ser produzido. Uma das coisas que é bem caseira nosso, e todo mundo sabe, é que antigamente tínhamos três tipos de shampoo, um para cabelo seco, outro para cabelo oleoso e outro para cabelo normal. Eram três tipos, e tínhamos que usar um deles. Hoje, tem o shampoo da mulher, do filho, do marido. E por que estou falando disso? Porque cada tipo de shampoo vai gerar um lixo, vai gerar a logística da embalagem, do produto que não é só o que está dentro, mas principalmente na embalagem, ou seja, produzimos

muito lixo e não estamos sabendo como tratar desse assunto.

Ontem, mostrei uma prestação de contas da minha viagem. O que os Estados Unidos estão fazendo em relação à Califórnia, principalmente, em relação ao lixo eletrônico, às televisões, aos tubos de imagem, aos computadores, às impressoras, projetores, celulares, baterias, ou seja, essa produção de lixo eletrônico... O que eles estão fazendo? Ontem rodei e está à disposição no *site* esse vídeo.

Hoje, quero que a assessoria rode esse vídeo sobre um dos relatórios que fiz quando fomos visitar uma usina de lixo, reciclagem e compostagem, em que eles transformam o lixo orgânico em adubo e gás metano.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Bom, fiz essas imagens com o celular, para ver como eles estão trabalhando a questão do lixo. Estamos perdendo muito. Tudo é levado para os aterros sanitários ou lixões. Muita coisa não precisava ir para o meio ambiente e poderia dar muito dinheiro inclusive para as cooperativas e as pessoas que estão precisando fazer esse tipo de reciclagem.

O que mais me chamou atenção foi entender que aqui, no Brasil, estamos com a concepção da separação. Quando falamos em reciclagem, a preocupação é apenas com a separação. O problema é para onde vai o lixo depois de feita a separação. Qual o destino? Vai para o lixão. A consciência do americano com relação à produção do lixo não é a separação, pois ela já está incluída na cultura deles. Para cada lixo produzido é feita a pergunta: para onde vai isso? E há apenas três lugares, a reciclagem, a compostagem, que vimos na filmagem, onde se produz o gás metano e o adubo, ou então o aterro.

A Califórnia é considerada hoje um dos estados americanos mais verdes dos Estados Unidos, e São Francisco é a cidade mais verde, onde várias empresas já estão incluídas no Programa Lixo Zero.

Srs. deputados, hoje apresentei à Mesa Diretora um projeto no sentido de que esta

Assembleia Legislativa adapte-se ao Programa Lixo Zero. E isso significa não deixar nada ir para o aterro sanitário, mas para a compostagem ou reciclagem.

Amanhã vou trazer um copo, um garfo, uma faca e uma colher feitos de milho, raízes e ervas. E existe no Brasil essa tecnologia de fazer os produtos descartáveis com ervas, milho e raízes, então, por que não a estamos empregando? Assim sendo, trarei esse assunto sempre à tribuna para que pensemos sobre o lixo que produzimos.

Quanto ao restante do relatório, está no *site* e pode ser visto por todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, gostaria de me reportar aos servidores públicos da Saúde.

A comissão de Justiça aprovou por unanimidade a gratificação para a Saúde, pois foi um acordo entre o sindicato e o governo Raimundo Colombo. A importância dessa gratificação é porque os nossos funcionários, as pessoas que trabalham em hospitais, devem ser, sim, bem remuneradas.

Temos que dar um salário digno para as pessoas porque quem ganha realmente são os nossos pacientes, aquelas pessoas que precisam de atendimento de saúde. E elas precisam ser beneficiadas com um atendimento humano, de competência.

Temos a certeza de que essa é mais uma etapa que está sendo vencida e que a continuidade desse atendimento médico pelos funcionários da Saúde do estado será muito bem encaminhada pelo sindicato que fez um trabalho muito bom. Teve a sua greve, teve a conversa com o governo do estado e está tendo o cumprimento do acordo que foi feito entre o sindicato e o governo.

O segundo item que trago a esta tribuna é a importante reunião realizada no gabinete do

governador Raimundo Colombo, ontem, à tarde, juntamente com deputado federal Paulinho Bornhausen, com a liberação de R\$ 40 milhões para tratarmos do lançamento de dez centros de inovação. Quando participamos junto com Raimundo Colombo e Paulinho Bornhausen, há dois anos, de uma viagem para a Europa, mais precisamente para Barcelona, estivemos visitamos as universidades da Catalunha, as universidades da Espanha, e conseguimos ter a idéia da inovação, uma inovação comprometida com o conhecimento, com a competência e com o *marketing*. Por isso, a inteligência em chamarmos as universidades, o prefeito, os reitores, que darão sabedoria a esse Centro de Inovação, juntamente com os prefeitos das dez maiores cidades de Santa Catarina - Blumenau, São Bento do Sul, Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Joaçaba, Lages, Criciúma e Florianópolis.

Com esse lançamento de R\$ 40 milhões, faremos com que os profissionais tenham a oportunidade de gerar emprego na indústria, no comércio. E a mão de obra que será disponibilizada nessas empresas trará o bem-estar social aos nossos trabalhadores, aos nossos familiares e à juventude. Portanto, temos a certeza de que é um importante programa do estado catarinense.

Quero falar também da visita do governador Raimundo Colombo à cidade de Mafra, na semana passada, inaugurando escolas. E a educação será premiada no referido município, pois vimos a competência do governo em realizar uma obra com qualidade para que os nossos alunos e professores tenham condições de exercer a educação na sua plenitude.

Ao mesmo tempo, quero anunciar a visita do governador Raimundo Colombo ao município de Canoinhas e Major Vieira, no planalto norte, mais precisamente na sexta-feira. Temos a certeza de que a visita do governador no referido município nos enche de orgulho, até por sabermos que o planalto norte também não está sendo esquecido. E as ações que serão desenvolvidas no planalto norte têm o respaldo do nosso governador Raimundo

Colombo, bem como do secretário Ricardo Pereira Martins, do prefeito Beto Farias e do vice-prefeito Wilson Pereira. E os vereadores que fazem parte da coligação no município de Canoinhas estão preparados para receber o nosso governador.

Também quero dizer aos catarinenses que a nossa Saúde vai, sim, muito bem lá em Canoinhas, mas em outros municípios existem problemas. E a Saúde depende, sim, do secretário Dalmo Claro de Oliveira que deve e tem o compromisso com a bancada do PMDB, pois participou do almoço de ontem na bancada, sendo que os deputados não ficaram satisfeitos com a proposta do referido secretário aos deputados do PMDB.

Digo a vocês que aqui, nesta Casa, trabalhamos para que as leis sejam aperfeiçoadas. E queremos que as mesmas façam, sim, parte de um conjunto na sociedade e que esta seja a grande beneficiada.

Temos a certeza, nós deputados da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, do trabalho feito, bem como estamos fazendo com que as comissões funcionem e que as leis sejam aprovadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Inscrita a sra. deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, a Assembleia Legislativa se dispõe a intermediar a discussão que já faz alguns passos na esfera judicial. E ontem tivemos a presença de um funcionário da Funai para acompanhar o andamento dessa comissão, que em tese viria entre hoje ou amanhã para Florianópolis.

Portanto, a Assembleia Legislativa vai participar dessa discussão. E queremos fazer esse debate lá na comunidade também, porque sabemos da dificuldade que é trazer esse debate aqui. Portanto, vou renovar o pedido perante a comissão

de Direitos Humanos para que possamos fazer uma nova rodada de debates na comunidade, para facilitar a presença de todos os interessados.

Ontem sentimos falta de alguns atores que têm protagonizado bastante esse debate. Eles não estavam conosco, e a Assembleia Legislativa precisa ouvi-los também.

Então, quero deixar aqui o meu registro da disposição das duas comissões de acompanhar esse debate, de não se furtar da intermediação necessária para que resolvamos esse conflito da forma mais pacífica possível.

Srs. deputados, eu tinha me programado na tarde de hoje para debater o projeto de lei que trata da gratificação dos servidores da Saúde. Essa votação está prevista para o dia de hoje, nesta Casa. E na comissão de Finanças e de Trabalho tivemos a oportunidade de com todas as comissões de mérito e a comissão de Constituição e Justiça tratarmos do tema.

Eu gostaria de pontuar algumas coisas. A primeira delas é que essa gratificação que obviamente está distante do que é preciso para poder recompor o salário dos trabalhadores da Saúde vem num momento que, dada a gravidade da situação funcional desses trabalhadores, alivia. Tanto alivia que o sindicato esteve presente conosco no dia de hoje, durante toda a manhã, referendando a disposição de votar pelo projeto sem fazer emenda, embora o projeto tenha uma série de dificuldades.

Então, nesse sentido houve uma benéfica composição entre os trabalhadores da Saúde e o governo que se prontificou a mandar o projeto para cá. E quero saudar o governador Raimundo Colombo pela presteza em assim fazer, mas obviamente também pontuando algumas questões que para nós são mais importantes ainda do que o projeto.

A primeira delas é que se o governo tinha lastro econômico, portanto, condições financeiras, de arcar com essa gratificação, ele não deveria submeter a categoria a tantos dias de greve. A quem interessa dias e mais dias de greve na Saúde? Certamente não aos servidores. Sou servidora

pública, fui dirigente sindical no Judiciário Federal e sei a dificuldade que é fazer greve, como é difícil fazer greve. Então, não interessou aos servidores e não interessa ao povo catarinense que durante muitos dias teve dificultado, sobremaneira, o seu já difícil acesso à saúde em Santa Catarina.

Portanto, se o governo tinha condições de dar esse aumento que deu, precisava tê-lo feito sem a greve, em discussão com a categoria, no que quisesse capitalizar politicamente, sem problema, mas não precisava submeter o estado a tantos dias de greve para finalmente chegar ao que sempre dizem que era preciso e possível chegar e que o governo sempre dizia que não era possível.

Mas considero o apontamento mais importante que há mais de uma década o estado de Santa Catarina tem vivido uma política salarial para os seus servidores de privilegiar pequenos grupos, hora porque são grupos, categorias específicas, dentro do serviço público estadual, que têm mais intimidade com o poder político e hora porque são categorias que enfrentam uma grande luta, e nessa luta conseguem algum reajuste como foi o caso dos professores. Agora, é o caso dos trabalhadores da Saúde, e obviamente outras categorias vão se mobilizar.

Chamamos os trabalhadores para a greve à hora em que só damos reajuste na base da greve. Acabou a greve, e falo isso especialmente para a base do governo. Então, é o momento de chamar os sindicatos das categorias e propormos de verdade uma política salarial para o servidor público no estado de Santa Catarina.

Nós temos gente ganhando muito bem. Mas temos trabalhadores na Educação, na Saúde, na Segurança que ganham muito mal, mas muito mal, portanto, precisamos de ajuda, e não é desejo nosso esperar uma greve, esperar a categoria se organizar para depois discutir reajuste. Vamos discutir política salarial para o servidor público para valer. Gratificação não é política salarial, gratificação não é vamos dar uma arrumadinha aqui para depois

ver como vai ficar lá frente. Eu retomo esse debate...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje, porque quero entrar em dois temas específicos, sr. presidente, muito pertinentes à nossa função pública.

O tema que não se esgota são as dificuldades do serviço público de Saúde. Inclusive, tenho aqui, sr. presidente, o jornal *Diário Catarinense*, de terça-feira, 19 de março, e a opinião da empresa diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Temos déficit históricos em saúde pública, muitos dos quais vem se agravando nos últimos anos, em decorrência não só da falta de recursos financeiros, mas também da irracionalidade administrativa e corrupção."

Já foi secretário municipal da Saúde, já tive a alegria de ocupar a secretaria de estado da Saúde e confesso a v.exa., deputado Jailson Lima, que é médico, que já foi prefeito, que é um dos grandes lutadores do serviço público de saúde pública deste país, que hoje não sinto aquela inveja saudável da função do secretário Dalmo Claro de Oliveira. Confesso que não queria estar no lugar dele hoje como secretário de estado da Saúde. E não estou defendendo o secretário Dalmo, mas acredito que do jeito que está hoje a situação econômica do país, a ditadura econômica pública do país, não vai sobreviver a secretaria municipal da Saúde, não vai sobreviver a secretaria de estado da Saúde, não irão sobreviver os municípios e os estados.

Srs. deputados, volto a frisar que o meu debate não é apontar dedo para ninguém. O meu debate é em cima de um vício cultural histórico que este país tem, de muitos e muitos anos de concentração de renda e poder em Brasília. Mas o que mais me chamou atenção nesse editorial, deputado Jailson Lima, é que pela primeira vez que entro num debate desses vejo alguém chamar atenção pelo subfinanciamento da saúde pública.

Falava-se muito em gestão, parecia que todos que estavam lá eram incompetentes, que nenhum tinha condições para gerir. Mas gerir o quê, numa casa falida? Uma casa com doentes, que precisa de ampliação, reformas, construções e acima de tudo se manter, se não há recursos sequer para a dignidade salarial dos funcionários, como bem falou a deputada Angela Albino.

Então, é muito fácil falar em gestão, falar em corrupção, mas ninguém fala no subfinanciamento ao qual a saúde pública ou os estados e os municípios hoje estão expostos.

Por isso, deputado Neodi Saretta, v.exa. que tem o Hospital São Francisco, se não me engano, em Concórdia, que muita dificuldade passou, mas que está bravamente lutando, que está em pé com o apoio de toda a comunidade, e sei que o estado também fez a sua parte, não dá mais para fazer de conta que a Saúde é assim mesmo ou é um sumidouro. Nós devemos atentar para a necessidade de novos recursos para a saúde pública, e não me preocupo com investimentos em áreas físicas, mas sim com investimentos na manutenção do dia a dia de um hospital.

Quando se fala em crise na saúde pública, hoje é uma crise localizada, é uma crise hospitalar, é a falta de atendimento na área hospitalar, na área de exames, e isso foge da vontade do gestor municipal, foge da vontade do gestor estadual, porque quem está subfinanciada é a tabela do SUS. Este, sim, é o grande debate que sempre tenho trazido a esta Casa.

Por que o cidadão de Santa Catarina vale R\$ 130,00 para o SUS e o cidadão do Rio Grande do Sul vale R\$ 190,00? Este é o debate que temos que

trazer para esta Casa: o porquê dessa discrepância, o porquê dessa diferença.

Se há uma série histórica reconhecida erroneamente, ela tem que ser corrigida, porque do jeito que está virão secretário A, secretário B e secretário C e os hospitais vão continuar fechando.

Na nossa região - o deputado Volnei Morastoni é testemunha, juntamente comigo, disso - vários embates foram feitos sobre as dificuldades que temos de manter os hospitais abertos. É o hospital de Balneário Camboriú, é o hospital de Tijucas, agora o hospital Pequeno Anjo, de Itajaí, da Univali, e vão passar secretários e os hospitais vão fechar.

Não adianta apontar o dedo para o gestor municipal ou até para o gestor estadual, porque é questão de subfinanciamento das AIHs hospitalares, da tabela do SUS, que não se encontra mais profissionais que queiram trabalhar pelo SUS neste país! Há deputados médicos nesta Casa que sabem do que estou falando. Os médicos não querem mais trabalhar e não vão trabalhar mais.

Não podemos contratar um serviço a R\$ 400,00 se ele custa na prática R\$ 1.000 mil. Quem é que vai pagar a diferença dessa conta? Colocar na conta do estado não dá mais. Num hospital como o nosso, um instituto de Cardiologia, tem um custo mensal de R\$ 6 milhões, em que o estado entra com R\$ 5 milhões, quem tem a responsabilidade da renovação da tabela do SUS?

Por isso, srs. deputados, trago esse assunto porque pela primeira vez vejo um editorial em que se fala de subfinanciamento público, da questão da saúde. Fala-se muito em corrupção, em gestão, mas trouxeram à tona o subfinanciamento.

Tenho sempre dito aqui que nunca levei esse discurso adiante porque dá a entender de que trabalhei em uma época que havia muitos recursos. Não é verdade. Hoje, não sinto inveja de ninguém em ocupar um cargo público. Além das dificuldades do subfinanciamento, há outras questões que nos colocam muitas vezes em situações de constrangimento, situações delicadas.

Mas, srs. deputadas e sras. deputadas, quero trazer também um tema e um debate a esta Casa. Não estou aqui para defender a colega deputada Ada De Lucca nem tenho procuração para isso, e não sou do seu partido, mas tenho um profundo respeito pela coragem que teve e pela coragem que tem de ocupar uma função tão delicada, tão emblemática como a secretaria da Justiça.

No jornal *O Globo*, srs. deputados, está o seguinte em uma matéria - não tenho a data aqui, mas faz mais ou menos dez dias: "Rio é o estado do país onde os presidiários menos trabalham." Para a nossa alegria, Santa Catarina é o estado em que os presidiários mais trabalham. Claro que isso é fruto não apenas de uma gestão, mas de uma determinação, de uma vontade, de uma continuidade, a fim de podermos fazer a tão falada ressocialização da massa carcerária deste país, e não acredito de outra maneira se for desse jeito.

Passamos também, srs. deputados, por um período delicado, difícil, em que enfrentamos uma verdadeira guerrilha urbana e muito se foi falado. Mas temos que reconhecer o trabalho da secretaria da Segurança junto com a secretaria da Justiça e Cidadania, que hoje estão demonstrando que tiveram a coragem de enfrentar, não empurrando para debaixo do tapete o problema que apareceu. Muito pelo contrário, junto com a união, junto com a força nacional deram uma resposta às dificuldades, aos anseios e às angústias da sociedade em relação ao combate ao crime organizado. Quem não se assustou com aquilo? Quem alguma vez se deparou com aquilo, uma situação totalmente inusitada e nova? E de que maneira agir? E hoje está demonstrado que o estado e a união souberam, sim, fazer esse trabalho.

Por isso, quero trazer a esta tribuna também o trabalho que está sendo feito pela secretaria de Justiça e Cidadania, comandada pela secretária Ada De Luca e pelo secretário Grubba. Muitas vezes criticamos, e sabemos criticar, e criticamos para valer, porque a nossa função também é cobrar do governo aquilo que não está indo bem, mas também temos que reconhecer quando funciona. E quero

fazer esse parêntese sobre a secretaria da Justiça, principalmente com relação à ressocialização dos presos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até quatorze minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero parabenizar o amadurecimento no encaminhamento do projeto que deu entrada nesta Casa, que trata da gratificação dos servidores públicos estaduais da Saúde.

Acompanhamos todos os encaminhamentos feitos no ano passado, em decorrência da paralisação dos servidores da Saúde, e percebemos que naquele momento, não por vontade do nosso secretário Dalmo ou do nosso governador do estado, mas naquela época o estado catarinense não tinha as condições financeiras necessárias para atender à vontade dos nossos servidores.

Naquele momento também foi assumido um compromisso deste governo de no início deste ano de 2013 encaminhar para esta Casa um projeto de lei para tentar readequar aquela situação, fato este que ocorreu esta semana e que teve o amadurecimento e os encaminhamentos, numa sintonia bem fina do sindicato dos servidores da Saúde do estado com o governo do estado, através da secretaria. E essa sintonia facilitou também nesta Casa a tramitação desse projeto em todas as comissões, tanto é que o projeto deu entrada ontem e acredito que agora à tarde já será colocado em votação, o mais tardar amanhã, para que o governo possa fazer o devido ajuste na folha de pagamento ainda deste mês de abril.

Então, é muito bom quando o diálogo acontece, quando as pessoas têm a hombridade de sentar e conversar na mesma mesa e fazer um encaminhamento sem as paixões ideológicas e políticas, mas, sim,

com o pensamento único e exclusivo de atender às pessoas que estão em casa e que precisam que o estado dê uma resposta no momento de uma enfermidade. Então, parabéns ao sindicato e à secretaria da Saúde pelo amadurecimento com relação a essa questão.

Quero também fazer algumas considerações, tendo em vista as faixas que li há pouco, quando adentrei ao plenário desta Casa, que se referem à situação do DNIT, Funai, ONGs, agricultores, pescadores e indígenas. E falo com um pouco de conhecimento de causa, porque vivi uma situação idêntica à que está acontecendo no Morro dos Cavalos, quando fui prefeito, no município de Cunha Porã, que faz divisa com o município de Saudades.

Ainda em 2000, no afã da campanha política, adentraram àquele município algumas famílias de índios que estavam residindo em Nonoai, Rio Grande do Sul, comandadas pela Funai e pelo Cimi, sob a alegação de que lá naquele interior dos dois municípios existia um aldeamento indígena, datado de antes do advento da Constituição Federal de 1988.

Fato este que não se confirmou frente aos estudos que fizemos e frente à organização que conseguimos montar naquele município para defender os nossos agricultores, porque, na verdade, quando falamos em defender os agricultores e os pescadores, percebemos que não temos uma entidade constituída que possa dar suporte financeiro a essas duas categoriais e, acima de tudo, que possa dar suporte técnico, sem custos para essas famílias, para que eles possam fazer a sua defesa. E no momento em que eles tiverem que defender a sua propriedade, muitas delas datadas e escrituradas ainda de 1920, esses agricultores ficaram desesperados. Então, lá criamos uma alternativa, através de uma ONG chamada DPD, que conseguiu arrecadar recursos da comunidade, dos municípios e assim contratar advogado e antropólogos que fizessem uma defesa para que eles pudessem permanecer residindo naqueles dois municípios.

É claro que nesse caso os municípios que entraram como parceiros entenderam que não se pode tentar reparar uma injustiça cometendo outra. E aí conseguimos fazer com que aqueles agricultores pudessem continuar nas suas propriedades produzindo riquezas para esses municípios, mas acima de tudo mantendo o sonho de continuar residindo no interior desses dois municípios.

Senhores, aqui, agora, materializa-se muitas das bandeiras que, à época, defendemos quando prefeito. Ou seja, até onde vai a boa intenção da Funai? Porque quando vemos a vida, a forma como vivem os nossos índios brasileiros, percebemos que a Funai está muito longe daquele papel constitucional para o qual foi criada, foi fundada, que era atender a esses povos indígenas e dar a eles saúde, educação e condições de socializá-los ou ressocializá-los. Esse é o grande objetivo da Funai que, desde o advento da Constituição Federal, lançou-se com uma fome enorme de conquista de terras, de ampliação de reservas, de aldeamentos, de constituição de novos aldeamentos, e sabemos muito bem que na maioria das vezes não é bem essa a vontade dos índios. Eles querem apenas paz, viver em propriedades já anteriormente habitadas por eles e, muitas vezes, não concordam com diversas atitudes da Funai, que se fecha numa sala, entre quatro paredes, e não permite o questionamento de algumas de suas atividades. E aí enfrentamos problemas como esse no Morro dos Cavalos, onde temos um conflito envolvendo o DNIT, a Funai e algumas ONGs, como o Cimi.

Como é que vamos resolver esse problema? Acredito que somente na esfera judicial, mas lá em Brasília temos observado alguns encaminhamentos, principalmente feitos pelo nosso ex-governador do estado de Santa Catarina, hoje senador Luiz Henrique da Silveira, que tem conhecimento de toda a situação do estado, que viveu juntamente comigo a situação dos municípios de Cunha Porã e Saudades e sabe onde está a boa e a má intenção nesses processos demarcatórios que envolvem o nosso estado.

Aqui ninguém é contra índio. Aqui neste Parlamento não temos nenhum deputado, dentre os 40, contrário aos nossos índios. O que há, sim, são deputados com posicionamento forte frente a algumas atitudes que a Funai vem adotando, que não correspondem com a vontade das pessoas que vivem aqui em Santa Catarina, que é viver em harmonia.

É preciso viver em harmonia, dar condições aos índios, mas também olhar com todo carinho para a situação em que vivem os agricultores e os nossos pescadores. E o senador Luiz Henrique da Silveira tem defendido uma tese de que há muito tempo já defendíamos, de que o Congresso Nacional precisa obrigatoriamente se manifestar nesses processos demarcatórios.

O Congresso Nacional responde por este país e não é justo que uma entidade única e exclusivamente de forma parcial consiga decidir os rumos das vidas dos agricultores, dos pescadores e dos índios.

Nós precisamos de um juiz que seja imparcial para conduzir esse processo todo. E o Congresso Nacional, por representar todos os cantos deste país, por representar as mais diversas formas de se viver, tanto no norte, no nordeste, quanto aqui no sul e no centro-oeste do país, tem todas as características e a capacidade de poder decidir com imparcialidade, encontrar o melhor termo, se dispor das paixões que motivam muitas entidades a fazer a defesa de algumas classes, e muitas delas até entidades religiosas, e buscar aquele meio termo, que é a vontade que todo mundo espera.

Por isso que o Congresso Nacional precisa, urgentemente, rever essa legislação e permitir que possamos restabelecer a paz social em muitos municípios do estado de Santa Catarina, e que não é diferente em outros municípios da nossa nação, porque lá naqueles dois municípios pequenos - um tem 11 mil habitantes e o outro, se não me falha a memória, deve ter oito mil habitantes - os agricultores estão desesperados e os filhos desses agricultores não sabem mais qual é o rumo que eles devem tomar, porque todas as riquezas das suas famílias, que são pequenas propriedades... E essas

riquezas, que não são de grande monta, estão concentradas no interior daqueles municípios. E esses filhos não sabem se eles vão poder continuar produzindo alimentos para o nosso estado e para o nosso país. Eles não sabem se podem projetar um sonho para que no futuro possam continuar vivendo lá com os seus familiares. E os prefeitos desses municípios, também de uma forma direta, acabam perdendo o rumo frente a essa situação, porque também já não sabem o que dizer para esses agricultores.

Encontramos uma alternativa no momento, que é o estado adquirir uma área em outro local, uma área que tenha as características necessárias para o desenvolvimento das tribos indígenas que lá desejam se estabelecer. Mas esse projeto até agora não teve um encaminhamento, até porque dependemos de recurso financeiro de Brasília, e que até então está sendo aguardado pelo governo do estado de Santa Catarina. E o governo também já manifestou a vontade de tão logo esse recurso adentrar nos cofres públicos do estado fazer esse encaminhamento para colocar aqueles índios que estão ocupando uma aldeia Xinbang, no município de Chapecó - e são índios Guaranis que, no meu entender e nos levantamentos feitos em Cunha Porã e Saudades, vieram do município de Nonoai, no Rio Grande do Sul -, em outro território no estado catarinense e resolver esse problema social não digo em definitivo, mas pelo menos até a Justiça se manifestar frente a essa situação em específico.

O governo catarinense, dias atrás, esteve no município de Pinhalzinho e manifestou-se nesse sentido, colocando a máquina administrativa do estado à disposição para que tão logo aconteça o repasse financeiro vindo de Brasília possa fazer a aquisição dessa área, desde que haja um acordo firmado com a Funai de que os índios ocupem essa área nova adquirida pelo governo do estado catarinense. Essa foi uma alternativa que se encontrou naquele momento para não prejudicar ainda mais as famílias que lá vivem, que ultrapassam a casa das 180 famílias, todas elas

vivendo em 10, 12, 15, 20, 25 hectares - o máximo que chega são 40 hectares de terra.

Então, são pequenas propriedades que representam muito na economia desses dois municípios, porque lá no interior existe a maior concentração de vacas de leite, de aviários, de chiqueirões, além de uma área muito produtiva em grãos.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Mauro de Nadal, esqueci-me de falar no meu pronunciamento, e vou contar com a sua generosidade para utilizar esses últimos 30 segundos, que parte das queixas de ontem era a dificuldade de acesso a informações. E um dos encaminhamentos que tomamos em gabinete, ontem à tarde, e vou pedir que v.exa. também subscreva, porque estava conosco na reunião, foi de que com base na Lei de Informação podemos pedir, com o requerimento aprovado nesta Casa, que tenhamos nesta Casa acesso na íntegra do processo demarcatório, para assim poder fornecer à comunidade.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Só para concluir, sr. presidente, também estamos entrando com o pedido da criação da subcomissão, a pedido do nosso presidente deputado Joares Ponticelli, para que essa subcomissão, possa acompanhar todos esses processos envolvendo o estado de Santa Catarina e representar o nosso estado nas ações que forem desencadeadas lá em Brasília, tanto pelo Congresso Nacional quanto pelo governo federal.

Então, quanto aos membros, a princípio, ficam esse deputado, o deputado Dirceu Dresch e o deputado Aldo Schneider.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Gostaria apenas, sr. presidente, com a compreensão do deputado Mauricio Eskudlark, quero registrar com alegria a presença dos nossos vereadores de Abelardo Luz, sr. Pedrinho Oliveira Nunes, sr. Antônio de Medeiros e sr. Carlos De Sennes Pinto. É um prazer tê-los aqui no Parlamento que é a Casa de todos. Eles estão aqui em busca de trabalho, de ações para o município de Abelardo Luz.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa da presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, pela segunda vez, a eminente vereadora Nilza, e da vice-presidente da Câmara de Vereadores de Itapema. Lá as mulheres como v.exas. podem ver estão mandando efetivamente. Sejam bem-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Aproveito o ensejo e dou as boas-vindas ao prefeito de Massaranduba, que se encontra nesta Casa, que, inclusive, hoje, almoçou com o deputado Darci de Matos. Os srs. vereadores que também vieram com a comitiva sejam todos sempre bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, também quero saudar as vereadoras do município de Itapema, a Zuma e a Nilce, nossas colegas e grandes representantes do Legislativo municipal, que fazem um brilhante trabalho.

Já saudei hoje e voltar a saudar o vereador Volmar Gandolfi, presidente da Câmara de Vereadores de Palmitos, que também está nesta Casa, e assim todos os políticos, prefeitos, vereadores que vêm à capital atrás de pleitos aos seus municípios. Eles passam pela Casa, pelos gabinetes dos srs. deputados, em busca de apoio às suas reivindicações.

Ouvi atentamente a preocupação da deputada Angela Albino com a questão das greves da Saúde, da Educação, mas é de se registrar as dificuldades que o governador Raimundo Colombo enfrentou, inclusive, com a Resolução n. 0072, com as mudanças que o governo federal tem implementado, que entendemos saudáveis para o país, corrigindo as distorções entre os estados. Mas Santa Catarina, pelas suas peculiaridades, pela sua indústria, pela sua produção, acabou sendo um dos estados mais atingidos.

Então, o governador com muita preocupação, com muita cautela, precisou estudar todas as questões. E felizmente, para investimentos, o governo federal abriu várias portas para o estado de Santa Catarina, e estão muitos recursos chegando, para efeito de investimentos, o que traz uma compensação para o nosso estado.

Em termos de arrecadação mensal, as alterações de alíquotas de ICMS têm trazido grande preocupação. Então, o governo tinha essa preocupação, mas já debateu, e o secretário Gavazzoni foi muito feliz na negociação, primeiro, com a Saúde, depois com os professores, buscando, enfim, um entendimento, uma forma que, claro, nunca contenta a todos os servidores, mas que fica dentro daquilo que é possível que o estado tem para atender a essas categorias.

Conversamos com o secretário Gavazzoni há poucos dias, constantemente, e o próximo passo, sabemos, é a questão da Segurança Pública, uma categoria que também tem os seus pleitos, que solicita melhoria salarial. Mas estudos estão em andamento.

Temos na próxima sexta-feira uma eleição da Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina, Adepol. E o tema salarial é um dos que mais está em debate nessa questão da eleição. Mas claro que qualquer presidente que seja eleito, seja o delegado Renatão, atual presidente, que tem encaminhado os pleitos, seja o delegado Ulisses, candidato pela segunda chapa, os dois vão encaminhar, e o estado, independentemente de pessoas, de quem está na condução do processo, tem

a preocupação em atender melhor às categorias. E assim será.

Sabemos que o próximo passo dessas negociações será com a Segurança como um todo, policiais civis, delegados, Polícia Militar, enfim, toda a estrutura da segurança pública.

Então, o governador Raimundo Colombo, o secretário Gavazzoni, têm tido essa preocupação e gradativamente vão conseguir melhorar as condições de cada categoria, de cada secretaria. Isso é importante que fique registrado.

Quero também aproveitar para manifestar a nossa solidariedade na questão dos moradores de Palhoça.

Temos que tomar muito cuidado, temos até um projeto de lei nesta Casa a respeito da questão dos bombeiros.

Tivemos uma catástrofe no Rio Grande do Sul, um problema muito grave, com a falta de fiscalização, que causou muitas vítimas, naquele incêndio ocorrido em Santa Maria. Então, veio para esta Casa um projeto de lei para disciplinar a atuação dos bombeiros na fiscalização. Essa atuação já existe, pois os bombeiros já tem o poder, mas, claro, agora buscando normatizar, ter uma lei estadual mais específica.

Essas leis que vêm para a Casa, seja para a Casa estadual, seja para o Congresso Nacional, têm que ter cuidado para não penalizar certas situações. E isso é na questão ambiental, na questão da Funai, os absurdos que são feitos, em prol de defesas, de interesses que são mais escusos do que declarados.

Então, não podemos fazer pesquisa, como bem aqui falou o deputado Mauro de Nadal, onde se buscou lá no interior de Cunha Porã restos de panela, de colher, de não sei o quê, onde moradores têm escritura há mais de 80 anos, e agora a Funai pleiteia uma área onde 190 agricultores, mais ou menos, estão estabelecidos, para dizer que é uma área indígena. É a mesma questão que encontramos no município de Palhoça. Mas infelizmente as autoridades federais têm sido coniventes, porque realmente há muita omissão, e

os moradores acabam sendo penalizados com essa situação.

Então, precisamos, sim, que todos os políticos, que todas as lideranças se manifestem em defesa da comunidade, em defesa desses moradores. Normalmente é igual à saúde, mas só nos atinge quando atinge um parente, quando atinge um conhecido.

Vemos hoje a dificuldade, e as pessoas muitas vezes ficam pensando que está longe, que acontece com um pequeno grupo de moradores, mas não, é um problema muito grave que tem que ser resolvido, e precisamos do empenho de todas as autoridades, do Poder Legislativo, especialmente do Poder Executivo e também do Poder Judiciário na defesa desses interesses.

Não pode a Funai, a pretexto de defender terras indígenas, no caso de Cunha Porã, que é atípico, porque há muitos anos, quando se colonizava aquela área, veio um índio paraguaio, morou lá, deputado Darci de Matos, com a sua família, não como índio, mas como empregado de uma empresa colonizadora, nunca teve cultura indígena nenhuma naquele local, pois trabalhou como funcionário, e hoje, ele, paraguaio, casado com uma brasileira, é utilizado como testemunha de que ali havia uma comunidade indígena. Não havia uma comunidade indígena, pois 13% do território nacional são reservas indígenas. Então, temos terra.

Assim, temos que respeitar o direito de nossos indígenas, as suas culturas, a sua tradição dentro daquelas propriedades. Não se pode ainda penalizar mais a sociedade que investiu e que tem a defesa da sua propriedade. São pessoas com 80 anos de escritura, que hoje têm a sua propriedade questionada e ainda com uma indenização, só que não pode ser em cima das benfeitorias, porque não há indenização pela propriedade.

Então, entendemos que todos os direitos devem ser respeitados, sejam dos indígenas, sejam da comunidade local, mas que, sim, a união tem condições de atender a essa questão sem penalizar ainda mais a sociedade brasileira.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Concedo um aparte ao deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark, pelo aparte.

Deputado, quero me referir a dois assuntos, se v.exa. me permitir neste seu discurso brilhante que levantou aqui vários temas fundamentais. Primeiro, em relação à questão de conflitos, deputado Nilson Gonçalves, Funai, agricultores, enfim.

Quero dizer que vivemos num país continental. Precisamos disciplinar a questão da demarcação das terras indígenas, deputado Maurício Eskudlark, deputado Nilson Gonçalves, presidente, e acredito muito no projeto de lei que remete a demarcação para o Congresso Nacional, porque hoje o terceiro escalão da Funai está demarcando áreas e muitas vezes injustamente.

Então, temos condições, sim, de com racionalidade, com organização, com bom senso, de proteger as comunidades indígenas que são importantes, que são fundamentais e que têm os seus direitos adquiridos. Também podemos e devemos proteger e garantir a propriedade dos nossos agricultores que estão há séculos em áreas produtivas, ajudando na economia de Santa Catarina e do Brasil.

Se me permitir, deputado Maurício Eskudlark, quero fazer rapidamente aqui a observação de que hoje vamos votar, deputado Nilson Gonçalves, a gratificação dos servidores da Saúde. Momento importante! E aí temos que parabenizar o sindicato que lutou, que reivindicou, que se organizou, e ao governador Raimundo Colombo, porque, mesmo caindo a arrecadação do governo, vivendo uma conjuntura difícil, concede essa gratificação aos especiais servidores da Saúde do estado de Santa Catarina, eis que a Resolução n. 013/2012, do governo federal, tirou R\$ 600 milhões do caixa do governo deste ano, e a Resolução 001, que está em vias de ser aprovada, vai tirar a partir do ano que vem R\$ 2 bilhões do caixa do estado de Santa Catarina.

Portanto, o cenário econômico inspira, requer, muita reflexão, e estamos nos preocupando com essa concentração da arrecadação em Brasília, que já se fala, na ordem 70%. Isso é um absurdo.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Acho muito importante, mas quero voltar a registrar, então, o nosso reconhecimento ao Serpa que conduziu as negociações, as tratativas com o governo federal. E agora o secretário Antônio Gavazzoni tem encontrado a solução para a discussão, o debate com a Saúde, com os professores, com a Educação, buscando uma solução, se não a ideal, pelo menos a melhor para todos os catarinenses, já que o governo do estado tem a responsabilidade para com todos os catarinenses e também a preocupação com os servidores, buscando o melhor possível para todas as categorias. E como falamos, todas as categorias têm sido atendidas, todos os seus temas têm sido debatidos. E assim será também com a Segurança Pública, que será mais uma etapa que o governo tem a tratar.

Então, o nosso reconhecimento. Quero parabenizar os servidores da Saúde, da Educação e da Segurança. E se o ideal não for encontrado, a busca pelo melhor possível procede.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os nobres deputados, a comunidade indígena presente, a comunidade dos moradores da região, dizendo que neste país com democracia e diálogo haveremos de chegar a um bom caminho nessa questão, tendo em vista que temos terras sobrando o suficiente para acomodar todo mundo. É só uma questão de diálogo, mas concordo que tem que haver mais competência da Funai e dos órgãos públicos, mesmo sendo um deputado do Partido dos Trabalhadores, reconhecendo muitas vezes equívocos que há por falta de um diálogo claro.

Mas uma das questões que quero registrar, deputada Ana Paula Lima, nossa líder, é que a nossa grande presidente Dilma, ao efetivamente anunciar o ministério da Micro e Pequena Empresa, fazendo o convite ao PSD para ocupar oficialmente, através do vice-governador de São Paulo, Afif, completou no Brasil 39 ministérios. E vimos que a imprensa tem batido de forma contundente no excessivo número de ministérios, dizendo que isso produz uma ineficiência da gestão.

O Brasil é um país de 200 milhões de habitantes, com uma extensão territorial continental, um país que está prestes a assumir a quinta economia do mundo. Mas o interessante é que não vemos a imprensa, mesmo a de Santa Catarina que fez editorial sobre os números de ministérios, falar sobre a quantidade de secretarias que tem neste estado. E o conjunto de cabide de empregos que está nesse guarda-roupas, deputado Kennedy, v.exa. que já fez aqui um pronunciamento sobre isso dizendo que tem uma arara para acomodar cabides de emprego.

Resolvi dar uma levantada no que é considerado secretarias, porque temos secretarias com *status* de ministério, como é a secretaria da Pesca, que tem a nossa ministra Ideli Salvatti. E o estado tem ao todo 36 secretarias regionais.

Tenho que parabenizar o prefeito de Joinville que de cara cortou pela metade, se não me engano, deputado Kennedy Nunes. Mas ao todo o estado de Santa Catarina tem 63 secretarias de governo, e não vemos a imprensa bater ou ter o discurso e a escrita crítica a respeito disso.

Nesta quinta-feira, e aproveitamos para refazer o convite feito pela deputada Ana Paula Lima, estará aqui o presidente do BNDS, assinando o maior contrato de financiamento, a perder de vista, do BNDS, na ordem de R\$ 3 bilhões para investimentos no estado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, realmente são 63 secretarias no governo do estado

de Santa Catarina, e hoje mesmo recebemos vários vereadores, prefeitos de municípios deste estado, que vieram ao Parlamento depois de irem à secretaria de Desenvolvimento Regional próxima e não resolverem o encaminhamento. Ou seja, as secretarias de Desenvolvimento Regional apenas servem para fazer papel para os secretários que estão aqui na Capital do estado. Sem falar nos recursos que o governo gasta para manter esse cabide de empregos nas 36 secretarias, em vez de resolver o problema da ambulancioterapia, e as pessoas poderiam estar sendo tratadas nos seus municípios, da Educação, das várias escolas depredadas. Quer dizer, comparar os ministérios da presidenta Dilma, que tem a intenção de resolver o grande problema do Brasil, com as 63 secretarias que tem o governo do estado é lamentável.

Pensei que o atual governador que tanto criticava o antigo governador iria reduzir pela metade, mas o que ele está fazendo é aumentar o número delas cada vez mais. Deve ser por causa das eleições no ano que vem, para acomodar os cabos eleitorais.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Ao mesmo tempo é importante fazer o registro do reclame de alguns prefeitos. Há secretarias que estão sendo assumidas por ex-prefeitos, lideranças ou outros que não se elegeram, produzindo um comportamento que não é republicano com os prefeitos que ganharam a eleição e foram oposição.

É importante termos clareza do papel do Executivo. Nós que fomos prefeitos precisamos procurar solucionar as demandas que existem. E nessas secretarias, em muitos casos, vemos certa situação de aconchego para os amigos. Vemos em muitas secretarias regionais acomodações daqueles que por comprometimento político ocupam esses espaços. Então, fica aqui a nossa observação comparativa entre o número de ministérios que há no Brasil, com a presidenta Dilma, e o número de secretarias que há no estado.

Também quero aqui ressaltar que assim como será feita a assinatura desse financiamento de R\$ 3 bilhões, na quinta-feira, no Teatro Álvaro

Carvalho, no ano passado já houve um financiamento do BNDS em condições similares, da ordem de R\$ 7,19 milhões para Santa Catarina, recursos para serem investidos na área de infraestrutura, saúde, educação e inovação, a exemplo do Projeto Inova Santa Catarina, a exemplo do Inova Brasil lançado pela presidente Dilma. E, deputado Gelson Merisio, presidente do PSD de Santa Catarina, estaremos juntos em Brasília para a posse do nosso amigo Afif no ministério da Micro e Pequena Empresa, que, diga-se de passagem, vai contribuir muito com o governo federal.

Então, é Lulinha e Dilminha de um lado e Afif e Colombo de outro, na base nacional. Mas aqui vamos manter a nossa postura crítica com relação a esse conjunto de secretarias do estado. Há inoperância efetiva delas, falta de meritocracia na resolutividade de atendimentos nessas secretarias, porque há muito que fazer. E no que tange as ações do governo federal para Santa Catarina, entendemos e temos a clareza de que a parceria que está sendo feita entre o governo federal e o estado catarinense, como dizia o presidente Lula, na história deste país e deste estado nunca houve tamanha parceria com Santa Catarina.

Então, são quebras de paradigmas; por isso, como deputado do Partido dos Trabalhadores estamos aqui tranquilamente para mostrar que o que se faz neste país tem sido feito de forma racional, do ponto de vista gestão macro. E esse ministério não representa em nenhuma hipótese custo operacional da gestão, mas, principalmente, agilizará caminhos efetivos para o atendimento da micro e pequena empresa brasileira, que agora, sim, terá um canal específico para discutir as políticas públicas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que prestigiam esta sessão, mais uma vez provando de que realmente era "uma lei muito engraçada, tirava terra e tirava casa", quando não tira a vida do seu dono, seu proprietário, por morte do coração, de sentimento de não poder ficar lá dando continuidade à tradição da família, com 50 anos, 60 anos, até com 100 anos em cima da terra. E de repente surge um espírito de porco e quer tomar o que é deles.

Por outro lado, vejo pessoas que residem há tempo e que reconhecem o quanto é importante viver em harmonia. Os silvícolas de origem, mestiços também, reconhecem o quanto é importante respeitar, primeira coisa, o direito à propriedade.

Se falta terra para os índios, o governo é responsável e não é de agora. Por isso, falo com muita propriedade, sr. presidente, porque nasci lá em Getúlio Vargas e lá bem próximo tinha uma área para os índios. Já naquela época o responsável usava um terno branco, sapato branco, um jipe 1951 e vendia toda a madeira da reserva clandestinamente para alguns madeireiros de mau caráter. Vejam bem! Lá pela década de 50. E muitas vezes os índios eram maltratados.

Tínhamos índios que fugiam da reserva para prestar o seu serviço braçal junto aos colonos, onde trabalhavam por empreitadas, recebendo moradia e comida. Quando o chefe descobria, ia lá a tal da Funai ou outro órgão multar o colono e prender o índio que tinha ido trabalhar para buscar um dinheirinho para a sua família.

Então, conheço isso de há muitos anos. Tenho 67 anos. E eu tinha 14 anos ou 15 anos quando presenciei isso. Lá também tentaram tirar terras de colonos, mas felizmente não tiveram sorte, porque os índios diziam que a terra que tinham era suficiente para a sua subsistência. Eles queriam apenas que o chefe os deixassem trabalhar e parassem de roubar o seu produto, aquilo que a natureza lhes deu, vendendo para enriquecer meia dúzia de mandatários.

Que pena que não tenho mais a revista *Cruzeiro* guardada onde trazia várias reportagens a respeito disso.

O meu pai era vereador em Getúlio Vargas, srs. deputados e sras. deputadas, e ele acompanhava isso com carinho, porque ele cansou de dar emprego para índio que ia lá pedir para, pelo amor de Deus, trabalhar por dia para receber roupa e comida.

Então, isso machuca. Agora, em plena modernidade, no ano de 2013, vem a Funai. Quem é a Funai? Eu gostaria que o governo federal, que é o grande responsável, dissesse que Funai é essa? Lá ninguém manda e ninguém obedece, deputada Ana Paula Lima. É uma pouca vergonha uma entidade dessas, que não conhece a realidade, fazer o que tem feito no nosso oeste catarinense, onde já morreram colonos de colapso, do coração, vendo sua propriedade ser abandonada pelas famílias que lá residiam. Eles trabalharam e colonizaram aquela região por mais de 100 anos. E tiveram que entregar para quem não queria terra, porque vêm os paraguaios e de outras regiões dizendo que são índios remanescentes ou que se criaram nessa região.

Gosto de Ipuação, lá eles vivem bem. Vocês devem conhecer Ipuação. Lá há harmonia. Lá o governador Esperidião Amin chegou a fazer escola, ginásio de esporte, todos no modelo de tatu, mostrando a edificação de acordo com a natureza. Lá cada um tem a sua terra, ninguém invade ninguém, ninguém toma de ninguém.

Agora, pelo amor de Deus, quando é que vamos entender que o direito de propriedade deve ser respeitado? Que Brasil é este? A terra é de Deus.

A terra é de Deus? É. Mas Deus deu o direito de propriedade para quem adquiri-la. Deus fez a terra e doou aos homens para que a administrem, mas que a administrem bem, para que todos tenham vida digna em cima de seu pedaço de terra. Mas não é expulsando.

Para onde vocês vão? Vão realocar. Mas para onde? E temos exemplos todos os dias dos reassentamentos das usinas, com o pessoal que está

desconfortável, se bem que outros não estão. Mas vimos todos os dias acontecendo injustiças, deputada Ana Paula Lima, cometidas neste Brasil. Quando é que vamos parar com isso?

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Não dá para concordar com tudo, deputado Reno Caramori, pois se formos fazer um resgate histórico de quem vivia no Brasil anteriormente, veremos que eram os índios.

Agora, o que está acontecendo no estado de Santa Catarina é omissão do governo do estado, porque os agricultores tomaram conta da terra. Ficaram lá esse tempo todo e agora precisam sair. Mas tem uma discussão neste momento. Aqui é terra de todo mundo, de índio primeiramente e depois de branco. E nós, aqui, o Parlamento, temos que fazer essa discussão.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputada Ana Paula Lima, se estiver faltando terra para alocar os índios, eu admito que o governo compre áreas que existem por aí para vender e reloque os índios, mas destronar quem está cima da terra produzindo com suas famílias eu não concordo. Vão para onde? Eu defendo isso.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Mas esse problema é tão antigo, deputado Reno Caramori, esse assunto é muito mais grave do que essas palmas. Com relação a esse assunto de que o estado de Santa Catarina foi omissos durante muitos anos, enganando inclusive índios e brancos, nunca fizemos o debate dessa conjuntura com mais profundidade neste Parlamento. E nenhum governo do estado de Santa Catarina fez isso. E estamos aqui para mediar essa situação entre brancos e índios.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputada, estou aqui há 22 anos. Nós já debatemos isso há muitos anos, no governo do Vilson Kleinübing, no governo do Esperidião Amin, debatemos muito.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Mas em nenhum momento foi resolvida essa situação.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O problema é da Funai.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - O problema é do governo do estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha.) - Srs. deputados, o tempo está esgotado. E só para esclarecer, sabemos a que governo pertence a Funai.

Não podemos, enquanto presidente desta Casa, deputado Silvio Dreveck, dizer que esse assunto é recorrente. Nós solicitamos em nome da Presidência uma audiência com o ministro da Justiça, deputada Ana Paula Lima, porque a Funai vir aqui à revelia das autoridades constituídas de Santa Catarina e fazer essa decretação de área, o estado de Santa Catarina, os seus poderes constituídos não podem aceitar.

(Palmas das galerias)

Conversei com o próprio Ministério Público Estadual. E nem o Ministério Público Estadual foi consultado ou teve participação nisso. É um desrespeito o que a Funai tem feito ao estado de Santa Catarina. Não dá para negar. Estou absolutamente convencido disso.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, o que estou falando é que temos que fazer uma mediação. Não é eu nem v.exa. Este estado tem um governador. Se ele quer falar com o Ministro da Justiça, ele vai estar aqui na terça-feira falando com o governador do estado. Ele que fale com o Ministro da Justiça, que esteve várias vezes no estado de Santa Catarina e não debateu esse tema com profundidade.

Não queremos aqui acirrar briga de índio com branco. Nós temos um papel mediador nessa situação entre índios e brancos. Somos gente, portanto,

temos que dialogar conversar. Tem que ser dessa forma. Agora, a Funai está cumprindo uma determinação que veio do ministério da Justiça, que foi também discutida na Câmara Federal.

Então, temos que mediar esse processo. Agora, não podemos estar puxando para um lado e para outro. Têm direitos os agricultores que estão há muitos anos, têm direito, sim. Eles foram enganados também quando botaram naquela terra. Foram enganados assim como os índios foram enganados. Se formos fazer esse resgate histórico e cultural, o tema é muito mais profundo do que esse, do que apenas um pedaço de terra.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Deputada Ana Paula Lima, com todo o respeito que tenho a v.exa., discordo de v.exa. quando diz que esta Casa não tem que discutir. Tem, sim. Esta é a Casa do Povo. Esta Casa não pode se omitir. Esta Casa tem que participar. Aliás, nós temos uma pérola para levarmos ao ministro. Um índio Cacique veio aqui dizer que a Funai estava contra o interesse dos próprios índios.

(Manifestação das galerias)

Então, esta Casa abriu espaço, porque não pode e não vai se omitir. Esta Casa vai participar desse debate, porque é sério, é grave e não é responsabilidade só do governador, não. Ele também tem. Mas quem está fazendo isso é a Funai, um órgão vinculado ao governo federal.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu gostaria de colocar a minha experiência nesse assunto. É uma experiência do dia a dia, de são 14 anos de vida que estou lidando com essa questão de terra indígena.

A grande verdade é de que nem o governo federal nem o governo do estado nem o ministro da Justiça e a própria Funai, todos, os nossos

advogados por parte dos nossos agricultores... E criou-se o Samba do Crioulo Doido, no aspecto de quem é o quê.

O Supremo Tribunal Federal tem uma causa que está há quase oito anos para ser julgada, já fez todos os encaminhamentos necessários. E o próprio Supremo Tribunal Federal não se manifesta, e ainda não se manifestou, numa ação de 14 anos, dos municípios de Vitor Meirelles, Dr. Pedrinho, José Boiteux e Itaiópolis.

Então, é um assunto muito mais grave do que esse assunto que estamos discutindo aqui. Até porque se o próprio Supremo Tribunal Federal tem suas dificuldades de decisão, imaginem o que podemos fazer aqui.

Entendo que a Casa tem que participar, tem que discutir, mas o caminho é em nível de Brasília, indiscutivelmente.

Muito obrigado, Sr. presidente.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, ontem, fizemos uma reunião conjunta com a comissão de Agricultura e Política Rural e a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, para debater o assunto.

É claro que o assunto é da Casa, obviamente é isso. Tanto que estamos propondo uma segunda rodada na comunidade, porque sabemos que na comunidade existem pessoas tão empobrecidas que sequer têm condições de vir aqui.

Agora, acredito que é importante preservamos, sr. presidente, o papel de mediação desta Casa, e que esta Casa não escolha lado, porque se não vamos ter dificuldade de ter legitimidade para tratar o assunto. E vou pedir a v.exa. que tem mais poder político do que eu, porque representa os 40 deputados desta Casa, que possamos formular um pedido de informação sobre todo o processo demarcatório, porque existe uma série de dúvidas

sobre isso, para ajudar a comunidade a entender e para entendermos o processo melhor também.

Se me permite, sr. presidente, muito pouca gente pode falar aqui e dar de dedo no governo federal, porque todos nós fizemos parte do governo federal, todos nós somos corresponsáveis pelo seu sucesso e todos têm ficado felizes. E com as dificuldades temos que ter a determinação de ajudar.

Acredito que a Casa ontem avançou, e gostaria que v.exa. pedisse o relato ao presidente da reunião, deputado Moacir Sopelsa, porque avançamos em conseguir o lugar de mais neutralidade da Casa, de mais capacidade de conciliação.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, na verdade o fruto da última intervenção que fizemos neste Parlamento, e atendendo a uma solicitação de v.exa., estamos criando na comissão de Constituição e Justiça uma subcomissão que irá acompanhar as demarcações de terras no estado de Santa Catarina e acompanhar também lá em Brasília a tramitação, tendo em vista encaminhamentos feitos recentemente pelo senador Luiz Henrique da Silveira, que em fina sintonia nos solicitou que tivéssemos esse contato com ele, para que o convidássemos no momento oportuno para participar das negociações.

Precisamos deixar bem claro que quando se fala em indenizar terras, não compete aos estados essa indenização, compete à união. Se os estados tiverem que fazer essas indenizações, os estados quebram, pois não têm condições de fazer. O compromisso é da união.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, como a deputada Angela Albino já relatou, tivemos ontem uma reunião na comissão de Agricultura e Política Rural, em conjunto com a comissão de Direitos Humanos, quando participaram vários deputados. E o deputado Sargento Amauri Soares acompanhou uma parte. Na verdade, deputado Joares Ponticelli, não temos conhecimento, aliás, nem os interessados diretos nem os índios ou os moradores sabem o que vai acontecer com eles. Apenas estão dizendo que vão ser indenizadas as propriedades, as benfeitorias feitas pelos moradores. Mas ninguém sabe quanto é. É como se fossem na sua propriedade e dissessem que a propriedade vale tanto. Se não aceitar por bem, depositam em Juízo, e depois vai discutir na Justiça o seu direito.

Então, precisamos estabelecer critérios, ouvir o ministério Público Federal; precisamos ouvir o ministro da Justiça e podemos envolver o governo do estado, porque ele tem interesse em ajudar. Ele participou do Encontro das Cooperativas, no extremo oeste de Santa Catarina, e quer ajudar a resolver o problema, mas tem que ter critérios. Sem critérios não vamos a lugar nenhum.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, acho que temos que pegar como critério não aceitar a primeira argumentação como a razoável. Até porque tem indígena que vendeu ou tentou vender para branco, e teve branco que comprou ou tentou comprar terra de indígena. E se essas versões prevalecerem, não se vai chegar à solução nenhuma.

Outro elemento que precisa ficar claro é a questão da possibilidade de indenização apenas pelas benfeitorias, porque, sim, o estado, o órgão federado, foi responsável pela colonização. Foi ele que autorizou a vender, se alguém comprou de forma ilegal. E se agora a união diz que o estado

não poderia ter feito isso, então, temos um impasse. E não só a lei foi cega, como o legislador foi cego também.

Então, isso precisa ser revisto, com certeza, e não é admissível que o estado seja tão cego e obtuso para não enxergar a necessidade de fazer a justiça de forma correta.

No mais, é um grande debate que vai continuar, então, evidentemente que temos muito que conversar a respeito desse assunto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, é inegável que a Funai tem tido uma conduta discutível, porque tem atuado sobre forte influência, deputado Kennedy Nunes, de entidades não governamentais internacionais que recebem generosas verbas do governo federal. Mas não dá para acusar o governo federal nem o governo estadual!

(Palmas das galerias)

Quer dizer, acredito muito no projeto de lei de autoria dos deputados federais Ibsen Pinheiro e de Aldo Rebelo que está tramitando, que remetem as demarcações ao Congresso Nacional, porque hoje o terceiro escalão da Funai está demarcando terras indígenas, no sul do Brasil e no Brasil, e aí reside a origem do conflito.

Acredito que vamos chegar a um denominador comum, a uma atitude racional com a aprovação desse projeto e depois iremos discutir racionalmente com bom senso no Congresso Nacional a demarcação das terras indígenas no Brasil.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de fugir um pouquinho do tema

e convidar os nobres colegas deputados que estão em seus gabinetes para virem ao plenário, para que possamos proceder à votação de algumas matérias importantes, inclusive de interesse do governo.

É o apelo que faço aos colegas deputados que estão em seus gabinetes.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Angela Albino, v.exa. que também trafega muito pelo sul do estado, até pelas suas ligações familiares, não somente políticas, e nós, do sul especialmente, estamos padecendo há dez anos com a duplicação da BR-101. São dez anos de obras sem previsão para acabar.

Com esse encaminhamento que a Funai está dando para essa região não sabemos quando teremos a solução definitiva, que é a transposição do Morro dos Cavalos. E quanto à nossa ferrovia, deputada Ana Paula Lima, o deputado Décio Lima, coordenador do fórum, trouxe um grande debate para a Fiesc, sendo lá apresentado também novamente esse entrave que a própria Funai vem colocando.

Então, além do problema que a comunidade, que as pessoas que residem na comunidade sentem diretamente, há toda uma população de mais de um milhão de habitantes no sul do estado que vai padecer, que vai continuar isolada.

Nós perdermos, deputado Silvio Dreveck, meu líder. O estudo feito pela Unisul, a pedido da Fiesc, apresentou uma perda, deputada Angela Albino, de R\$ 32 bilhões para o sul do estado, por conta da ausência da duplicação. Isso é uma vez e meia o orçamento de Santa Catarina.

Há dez anos a obra está em execução e não há data para acabar. Espero viver para vê-la concluída, porque com esse impasse, até a quarta pista que estava sendo feita como paliativo, agora a dona Funai, a toda poderosa, disse que não pode mais acontecer em detrimento do povo do sul de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0218/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio,

que disciplina a cobrança de taxa de conveniência e taxa de entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda de entrega de ingressos pela internet, telefone ou meios similares no estado de Santa Catarina.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0026/2013, de procedência do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 339, de 2006, que dispõe sobre a divisão e organização judiciárias do estado de Santa Catarina.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0042/2011, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2013, de autoria da comissão de Finanças e Tributação.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Resolução n. 0001/2013, de autoria do sr. deputado Ismael dos Santos, que acrescenta o art. 85-D ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução n. 005, de 2008, dispondo sobre os campos temáticos ou áreas

de atividade da comissão permanente de Prevenção e Combate às Drogas.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Resolução n. 0012/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que altera o art. 85-D do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução n. 005, de 2008, o qual dispõe sobre os campos temáticos ou áreas de atividade da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0023/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Extremo Oeste de Santa Catarina, com sede no município de São Miguel d'Oeste.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0025/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação de Apoio às Famílias com Hanseníase, com sede no município de Itajaí.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único Projeto de Lei n. 0026/2013, de autoria do deputado Altair Guidi, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação para Dependentes Químicos Vale da Decisão, de Içara.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0027/2013, de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch, que declara de utilidade pública a Associação Du Projetus, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0030/2013, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública o Instituto Padre Vilson Groh, com sede no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0031/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Vida Nova, de Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0220/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública o Centro de Reabilitação Humana Fazenda São Jorge Feminina, de Araranguá.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0379/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação Nossa Senhora de Guadalupe, de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2013, de autoria do Ministério Público, que reajusta o subsídio dos membros do Ministério Público de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal, através do painel eletrônico.

(Procede-se à votação nominal, através do painel eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim  
DEPUTADO VALMIR COMIN sim  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

Consulto os srs. deputados se todos exerceram seu direito de voto.

Temos 24 votos "sim" e um voto "não".

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0005/2013, de autoria do procurador-geral de Justiça, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 197, de 2000, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto, e os que votarem "não" rejeitam-no.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, no nosso painel de votação consta como origem a Câmara Municipal de Xaxim.

Solicito que v.exa. possa corrigir esse erro para que não estejamos votando alguma coisa problemática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - É verdade. V.Exa. tem razão. Determino a correção.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim  
DEPUTADO ALTAIR GUIDI  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim  
DEPUTADA ANGELA ALBINO  
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR  
DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim  
DEPUTADO CIRO ROZA sim

DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Encerrada a votação, colho o resultado.

Votaram 24 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e nenhum voto "não".

O sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação da deputada Angela Albino votando a favor deste projeto fora do sistema eletrônico de votação. Sendo assim, totalizamos 25 votos "sim".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, para as 16h27, para a

votação em segundo turno das referidas matérias e conclusão da pauta.

Está encerrada a sessão.